

1 **ATA DA 26ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO PARTICIPATIVA**
2 **– CTGPar.**

3
4 Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 14h00min,
5 por videoconferência, através da plataforma Google Meeting, ocorreu a 26ª
6 Reunião da Câmara Técnica de Gestão Participativa - CTGPar, instituída pela
7 Resolução nº 33 de 18 de março de 2010, com a seguinte pauta: I.
8 Aprovar a Ata da 25ª Reunião da CTGPar; II. O acompanhamento do Programa
9 de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, em
10 Mato Grosso; III. Deliberar quanto a manifestação do CBH São Lourenço; IV.
11 Analisar e deliberar acerca da atualização da Resolução nº 04, de 31 de maio de
12 2006. Estavam presentes: Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante do **ITEEC**
13 **BRASIL**; Sr. Leandro Obadowiski Bruno, representante da **SEMA**; Sra. Pamela
14 Sangaleti, representante da vaga 02 dos **CBH RH Amazônica**; Sra. Ingrid Leite,
15 representante da vaga 01 dos **CBH RH Paraguai**; Sra. Carolina Ortiz,
16 representante da vaga 01 dos **CBH RH Amazônica**; Sra. Inês Martins,
17 representante da **Águas Cuiabá**; Sra. Lilian F. de Moura Apoitia, coordenadora
18 de ordenamento hídrico; Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, superintendente
19 de recursos hídricos; Sr. Eliel Alves Ferreira, coordenador do Fórum Estadual de
20 Comitês de Bacias Hidrográficas; e, Sra. Danielly Guia da Silva, Secretária do
21 CEHIDRO. A Presidente dá início à reunião, solicita uma inversão de pauta para
22 que se possa liberar os convidados para seus demais compromissos. Do que não
23 houve objeção. A Presidente expõe que a CT discutiu em reuniões anteriores que
24 o regimento interno é de competência do Comitê, então não seria necessário que
25 cada pequena mudança passe pelo CEHIDRO, há situações em que não cabe ao
26 CEHIDRO interferir. Mas também existem itens que não podem ser alterados
27 pelos Comitês, e isso o CEHIDRO tem que analisar, mas quanto ao resto o
28 Comitê tem autonomia suficiente para realizar as alterações. O Sr. Luiz Noquelli
29 destaca que compete ao CEHIDRO o que prevê a lei 11.088/2020, no mais é o
30 próprio CBH quem decide. A presidente destaca que a CT decidiu por levar a
31 questão da paridade para ser discutida no Fórum Estadual de Comitês de Bacias,
32 pois há uma grande diferença na composição entre um e outro. O Sr. Eliel Alves
33 destaca que levar essa discussão para o Fórum é de extrema importância, para

34 que os CBHs possam adequar seus regimentos internos de acordo com a Lei n.
35 11.088/2020. Expõe que muitos Comitês têm atualizado seus regimentos sem
36 levar em consideração o que dispõe a Lei 11.088/2020, o que é ruim. Diz que
37 esse alinhamento junto aos Presidentes dos CBHs é algo imprescindível. Diz que
38 a CT terá um espaço de fala na próxima reunião do Fórum, para que todas essas
39 questões sejam expostas, bem como para que todas as dúvidas dos Presidentes
40 dos CBHs sejam sanadas. A presidente expõe que outro ponto a ser discutido
41 são as competências dos CBHs, que estão previstas em Lei e devem ser seguidas
42 pelos Comitês, mas que cabe ao CEHIDRO frisar a questão da qualidade e
43 quantidade das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas. O Sr. Eliel Alves
44 pergunta se é possível a CT disponibilizar a minuta de alteração da Resolução n°
45 04, de 31 de maio de 2006, antes da reunião do Fórum. Para que o Fórum tenha
46 a oportunidade de fazer contribuições. A Presidente diz que passará tudo que foi
47 discutido e elaborado até aqui, para conhecimento do Fórum. O Sr. Luiz Noquelli
48 expõe que o art. 31, da Lei 11.088/2020 disciplina que o CEHIDRO deve fixar a
49 composição dos CBHs. Diante disso, vê que a fixação de um padrão é algo que
50 deixará os Comitês mais harmônicos, para tanto, defende que se leve essa
51 discussão para o Fórum Estadual. A Presidente expõe que o CEHIDRO pode
52 estipular um número mínimo e máximo de membros, para que se respeite as
53 particularidades de cada Comitê. O Sr. Luiz Noquelli informa que o Plano de
54 Recursos Hídricos do Alto Paraguai Superior e Médio esta na fase de
55 enquadramento, e as Oficinas Públicas serão realizados de forma híbrida: on-line
56 e presencial, neste mês de outubro, sempre às 19h, nos dias 25, em Mirassol
57 D'Oeste; 26, em Barra do Bugres; 27, em Denise; e 28, em Arenápolis. Destaca
58 que a efetiva participação dos membros dos Comitês dessas regiões é de suma
59 importância. O Sr. Eliel Alves convida os membros da CT para participarem na
60 reunião do Fórum Estadual que ocorrerá no dia 30/11/2021 às 14h. A presidente
61 coloca em votação a aprovação da ata da 25ª Reunião da CTGPar, que foi
62 aprovada sem nenhuma alteração. Após, passou-se a apresentação de
63 acompanhamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão
64 das Águas – PROGESTÃO, pela Sra. Lilian Apoitia. Que destaca que o
65 PROGESTÃO encontra-se no último ano de certificação, o programa se encerra
66 em 31/12/2021. Diz que passará a apresentar o andamento do cumprimento das

67 metas do ano de 2021. Quanto as metas estaduais, aponta que já foram 100%
68 atendidas. Quanto as metas federativas, diz que restam cinco a serem cumpridas,
69 mas que estão em fase de atendimento. Aponta que quanto ao Cadastro Nacional
70 de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, a equipe tem 441 consistências no
71 cadastro de águas superficiais e 72 consistências no cadastro de águas
72 subterrâneas, a serem atendidas até o dia 31/12/2021, mas destaca que essa
73 meta encontra-se praticamente cumprida. Quanto à capacitação diz que a meta
74 esta próxima de ser cumprida, restando apenas a capacitação para o corpo
75 técnico da SEMA, quanto aos “modelos hidrológicos e determinísticos para o
76 gerenciamento de recursos hídricos”. Destaca que o curso esta em fase final de
77 contratação da empresa, sendo esta contratada por notório saber. Quanto ao
78 Relatório de Conjuntura diz que as informações devem ser enviadas até o dia
79 15/02/2022. Quanto a meta de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, diz
80 que a meta muito provavelmente não será cumprida, pois houve problemas com
81 a manutenção das estações desde o ano passado, na questão de reposição de
82 peças. Explica que as peças de reposição eram enviadas pela ANA, mas a ANA
83 não enviou as peças no ano passado, e a SEMA não conseguiu compra-las, pois
84 teve problema com o Termo de Referência, e por causa da pandemia as viagens
85 também foram suspensas, o que inviabilizou as manutenções. Destaca que o
86 estado não perdeu a pontuação no ano passado, em razão do não cumprimento
87 dessa meta, e diz acreditar que esse ano também acontecerá o mesmo. Expõe
88 que a SEMA contratou uma empresa para realizar a manutenção das estações,
89 e a mesma encontra-se em campo desde o dia 30/10/2021 executando o trabalho.
90 Diz que quanto a outra parte dessa meta, que são os boletins diários, semanais,
91 mensais e os informes hidrológicos, será cumprida até o dia 31/12/2021. Ressalta
92 que as metas são estabelecidas pela ANA anualmente. Explica que as metas de
93 Segurança de Barragem, estão sendo cumpridas e até o dia 31/12/2021 elas
94 serão atendidas. Que a minuta de atualização dos regulamentos de segurança
95 de barragens em decorrência da Lei 14.066/2020 alterada da lei 12.334/2010, e
96 o folder informativo sobre segurança de barragens, estão em fase de elaboração.
97 Explica como funciona os fatores de redução. Destaca que a SEMA agendou uma
98 apresentação do Relatório de Gestão de Recursos Hídricos na Comissão de Meio
99 Ambiente da Assembleia Legislativa no dia 14/12/2021. Diz que a Gestão

100 Patrimonial deve ser feita e enviada até o dia 31/10/2021. Expõe que os recursos
101 do PROGESTÃO em 2021 estão sendo utilizados para pagamento de diárias de
102 campo, insumos laboratoriais, aquisição de 4 novas estações meteorológicas
103 para sala de situação, 11 sensores de nível d'água, cadeados, consultoria para a
104 manutenção das 39 estações do Estado, curso de aplicação do Software Aquifer
105 Test ministrado pela Empresa Water Services e Technologies e o pagamento da
106 3ª parcela do Plano de Bacias P2P3. Destaca que todas as aquisições estão com
107 Termo de Referência e os processos de licitação finalizados; Todos os produtos
108 adquiridos já foram entregues; Já foi realizado em setembro o curso de aplicação
109 do Software Aquifer Test. A conselheira Inês Alves pergunta quanto vai chegar
110 os gastos dos recursos do PRGESTÃO no ano de 2021, se irá atingir a meta de
111 50% efetivo de gastos. A Sra. Lilian Apoitia responde que o estado não irá
112 conseguir atingir essa meta. Explica que no ano passado devido a pandemia
113 houve baixo gasto dos recursos, apenas 2%, resultando no acúmulo de recursos
114 para esse ano. A conselheira Inês Alves pergunta se a ANA não aceita uma
115 justificativa. A Sra. Lilian Apoitia responde que não, a ANA não aceita e o estado
116 acaba perdendo 4% da nota, que foi o que aconteceu no ano passado. A
117 conselheira Inês Alves pergunta se não poderia haver um incremento na compra
118 de equipamentos. A Sra. Lilian responde que a equipe tentou a compra das
119 estações no ano passado, mas não deu certo em razão do problema com o TR,
120 e nesse ano deu certo a compra e a contratação da manutenção, que foram os
121 maiores gastos nesse ano. Explica que mesmo que o estado não consiga o
122 repasse de 100% do valor pela ANA, existe a contrapartida de mais R\$
123 250.000,00 caso o estado gaste de R\$ 25.000,00 a R\$ 250.000,00 na gestão de
124 recursos hídricos. Salaria que o estado já teve um gasto de cerca de R\$
125 300.000,00 na gestão de recursos hídricos, o quer dizer que nós iremos conseguir
126 receber o valor integral dessa contrapartida da ANA. A conselheira Ingrid Leite
127 diz ser interessante que se faça essa apresentação nos Comitês de Bacias,
128 mesmo que não sejam eles gestores desse recurso, mas é uma forma de trazer
129 mais transparência e inteirar-los sobre o assunto. A Presidente repassa essa
130 demanda sugerida pela conselheira Ingrid ao Sr. Leandro, pois o mesmo é
131 Gerente de Fomento e Apoio aos CBHs. O Sr. Noquelli diz que a SEMA irá tentar
132 fazer essa apresentação nos CBHs seja de forma presencial ou por

133 videoconferência. Após, passou-se a deliberação quanto a manifestação do CBH
134 São Lourenço. A presidente expõe que restou o §4º, art. 30, do regimento interno
135 do CBH São Lourenço a ser analisado. Diz que o CBH esta propondo a seguinte
136 redação: “§4º Em caso de reuniões extraordinárias, o ato será realizado com o
137 quórum mínimo de maioria simples de seus membros em primeira convocação.
138 Decorridos 15 (quinze) minutos a reunião será reconvocada e realizada com os
139 membros presentes e suas deliberações dependem de aprovação da maioria
140 simples destes”. O CBH justifica que “Houve a necessidade de inserção dessa
141 opção para que possamos dar continuidade as reuniões extraordinárias, uma vez
142 que as extraordinárias são convocadas para se tomar decisões e aprovações
143 necessárias para o bom funcionamento do Comitê. A Diretoria percebeu que a
144 não participação dos membros em uma extraordinária gera impactos na gestão”.
145 A conselheira Ingrid Leite diz não concordar com essa alteração, pois coloca em
146 risco o processo democrático. Destaca saber que a demora em se tomar uma
147 decisão pode gerar impactos na gestão, mas que a decisão tomada por quatro
148 nunca é melhor que uma decisão tomada por muitas pessoas. A conselheira Inês
149 Alves diz que 15 minutos seria pouco tempo, propõe 30 minutos. O Sr. Leandro
150 expõe que a maioria dos CBHs costumam utilizar para a segunda chamada o
151 número de membros presentes. Diz que com relação ao aguardo da segunda
152 chamada, 15 minutos é mais que suficiente. A conselheira Carolina Ortiz indaga
153 então qual seria a proposta para se garantir uma maior participação dos membros
154 dos CBHs. Destaca que a tempos que a gente vem sentindo essa baixa
155 participação dos membros dos Comitês. Diz que somente reduzir o número
156 mínimo para iniciar a reunião não vai resolver o problema e pode agravar. Nesse
157 sentindo, diz concordar com a conselheira Ingrid. Propõe que ao invés de diminuir
158 a rigorosidade na hora de se iniciar a reunião, porque não diminuir o prazo para
159 uma nova convocação. A conselheira Pamela Sangaleti, indaga qual seria o
160 número máximo para a remarcação de uma reunião extraordinária, já que são
161 reuniões para se tomar decisões que requerem certa urgência. A presidente
162 pergunta ao Sr. Leandro se já houve algum problema nesses Comitês que já
163 funcionam dessa forma. O Sr. Leandro responde que até o momento não houve
164 nenhum problema com relação a isso. Destaca que na verdade eles estão apenas
165 sugerindo algo bem parecido com o que acontece nas reuniões ordinárias. A

166 conselheira Ingrid Leite diz que precisamos saber o motivo do esvaziamento dos
167 Comitês, pois não é só uma questão ligada a não querer participar. Diz que é
168 preciso saber o que de fato esta acontecendo. A presidente expõe que com
169 relação a alteração proposta pelo Comitê, é uma discussão que cabe ao Comitê
170 e não ao CEHIDRO. Destaca que tem CBHs que fizeram essas alterações e nem
171 consultaram o Conselho. O Sr. Leandro diz estar de acordo com a alteração, pois
172 aparentemente esta de acordo com a legislação e com os demais Comitês. A
173 conselheira Carolina Ortiz diz que também esta de acordo com a alteração
174 proposta, mas quanto ao esvaziamento dos Comitês, diz que cabe sim a CT
175 buscar mecanismos para que se garanta a maior participação das pessoas dentro
176 dos CBHs de forma igualitária. Destaca que estamos vivendo um momento de
177 crise hídrica e como assim existe um esvaziamento dos Comitês, é algo que lhe
178 chama muita atenção. A conselheira Pamela Sangaleti diz concordar com a
179 aprovação dessa alteração proposta pelo CBH São Lourenço. Diz também
180 concordar em se fazer uma avaliação para se descobrir o motivo do esvaziamento
181 dos Comitês. Por fim, restou aprovada a proposta de alteração do §4º, art. 30, do
182 regimento interno do CBH São Lourenço. Como encaminhamento, restou
183 acordado que: I. A CT enviará ao Fórum Estadual de CBHs a Resolução 04, de
184 31 de maio de 2006 bem como as alterações que a CT já promoveu; II. A
185 apresentação do PROGESTÃO constará na pauta da 91ª Reunião Ordinária do
186 CEHIDRO como informe, e a Presidente fará uma fala quanto a apresentação; III.
187 A CT enviará uma proposta quanto ao diagnóstico de evasão, a ser analisada
188 pela Plenária na 91ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a tratar, às
189 16h40min, a Presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos e,
190 eu, Danielly Guia da Silva, lavrei a presente ATA que será assinada pela
191 Presidente.

192
193
194
195
196
197

Leonice de Souza Lotufo
Presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa